

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."





# **ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DOS PROJETOS DE LEI QUE CUIDAM DA ADOÇÃO DE MENORES E ADOLESCENTES**

***RONALDO MARTON***

Consultor Legislativo da Área III

Tributação, Direito Tributário

**NOVEMBRO/2005**

NOTA TÉCNICA

© 2005 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados o autor e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu autor, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados  
Praça 3 Poderes  
Consultoria Legislativa  
Anexo III - Térreo  
Brasília - DF

## **ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DOS PROJETOS DE LEI QUE CUIDAM DA ADOÇÃO DE MENORES E ADOLESCENTES**

Foi solicitado a esta Consultoria que sejam analisados os dispositivos dos projetos de lei que, disciplinando o instituto da adoção, envolvem matéria tributária.

Foram localizados os seguintes projetos de lei: PL 6.376, de 2002; PL nº 6.485, de 2002; PL 806, de 2003; PL 890, de 2003; PL 1.380, de 2003; PL 1.645, de 2003; PL nº 1.756, de 2003; PL 2.491, de 2003; PL 2.579, de 2003; PL 2.680, de 2003; PL 2.941, de 2004; PL 3.597, de 2004.

O Projeto de Lei nº 6.376, de 2002, do deputado Paulo Rocha, não dispõe sobre matéria tributária e encontra-se arquivado.

Os Projetos de Lei nº 806, nº 890, nº 1.380 e 2.579, todos de 2003 e de autoria do deputado Carlos Nardes, não dispõem sobre matéria tributária.

Igualmente, nada dispõem sobre matéria tributária o Projeto de Lei nº 2.680, de 2003, do deputado Paulo Gouvêa, e o Projeto de Lei nº 3.597, de 2004, do deputado Carlos Mota.

As seguintes proposições envolvem matéria tributária:

a) o Projeto de Lei nº 6.485, de 2002, do deputado Osório Adriano, que estabelece nos artigos 1º e 5º:

*“Art. 1º Fica instituído o ‘auxílio adoção’ para ajudar as famílias que abrigarem menores internos em orfanatos públicos ou particulares cadastrados no Conselho Nacional de Assistência Social.*

*Parágrafo único. O Poder Executivo criará um Programa Nacional de Adoção de Crianças de Orfanatos para administrar o ‘auxílio adoção’.*

*Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de doações da iniciativa privada, seja de empresas ou de pessoas físicas, caso em que abaterão no Imposto de Renda, podendo o Poder Executivo dispor de orçamento próprio para essas despesas”.*

b) O Projeto de Lei nº 1.645, de 2003, do deputado José Roberto Arruda, que dá nova redação ao art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente, de seguinte teor:

*“Art. 260. Os contribuintes poderão deduzir do imposto devido, na declaração anual do Imposto de Renda, até o dobro do valor por dependente, se tratar-se de criança ou adolescente adotados, e o total das doações feitas aos*

*Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – nacional, estaduais ou municipais – devidamente comprovadas, obedecidos, neste caso, os limites estabelecidos em decreto do Presidente da República.*

.....” (NR)

c) o Projeto de Lei nº 1.756, de 2003, do deputado João Matos, que estabelece no art. 68:

*“Art. 68. O regulamento do imposto de renda assegurará aos contribuintes que adotarem, a partir da vigência desta Lei, crianças com necessidades especiais, portadores de enfermidade grave, física ou mental ou da síndrome da deficiência imunológica, ou mesmo grupo de irmãos, com três ou mais integrantes, ou em faixa etária superior aos 10 (dez) anos, o direito à dedução em dobro aos valores estabelecidos por dependente”.*

d) O Projeto de Lei nº 2.491, de 2003, da deputada Selma Schons, ao dispor, nos artigos 3º e 4º, que:

*“Art. 3º Para cada criança ou adolescente que estiver sob a Guarda de contribuinte, nas condições desta lei, a dedução de que trata o inciso III, do art. 9º, da lei n.º 8.981, de 20 de janeiro de 1995 será:*

*I – de duas vezes o seu valor nos cinco primeiros anos;*

*II – de uma vez e meia o seu valor a partir do sexto ano até o décimo segundo ano;*

*III – A prevista para os demais casos, a partir do décimo segundo ano.*

*Parágrafo Único. Os prazos especificados acima serão contados a partir da homologação definitiva da Guarda.*

*Art. 4º No caso do (da) responsável pela Guarda de criança ou adolescente não ser contribuinte do imposto de renda será garantido subsídio em valores correspondentes aos do artigo anterior.*

*Parágrafo Único. O subsídio será pago em no máximo doze parcelas anuais, em moeda nacional, com recursos previstos anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a serem alocados no Orçamento Geral da União, no Fundo Nacional de Assistência Social”.*

d) O Projeto de Lei nº 2.941, de 2004, do deputado Alberto Fraga, que “Permite o abatimento, na Declaração Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, de gastos com custas judiciais e honorários advocatícios na adoção de crianças e adolescentes”.

O Projeto de Lei nº 6.485, de 2002, do deputado Osório Adriano, ao dispor no art. 5º que as empresas e as pessoas físicas “abaterão no Imposto de Renda” as doações, merece reparos na redação, para explicitar se se trataria de dedução do imposto devido ou abatimento da base de cálculo.

O Projeto de Lei nº 1.756, de 2003, do deputado João Matos, não adota boa técnica legislativa, ao dispor que “o regulamento do imposto de renda assegurará aos contribuintes....”. A matéria regulada pelo art. 68 da proposição está sob reserva de lei, devendo, portanto, a própria lei determinar as providências ali previstas, em vez de fazer remissão ao regulamento.

O art. 3º do Projeto de Lei nº 2.491, de 2003, da deputada Selma Schons, faz remissão ao art. 9º da Lei nº 8.981, de 1995, que se encontra revogado desde 26 de dezembro de 1995 pela Lei nº 9.250.

O Projeto de Lei nº 2.941, de 2004, do deputado Alberto Fraga, que “Permite o abatimento, na Declaração Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, de gastos com custas judiciais e honorários advocatícios na adoção de crianças e adolescentes” tem um artigo supérfluo, eis que o conteúdo do art. 1º é repetido no art. 2º; seria de boa técnica legislativa suprimir o art. 1º da proposição.

Finalmente, cabe salientar que todas as proposições aqui mencionadas, que disciplinam matéria tributária, acarretariam redução na arrecadação tributária.

Recorde-se que uma proposição, para ser aprovada na Comissão de Finanças e Tributação, deve preencher os requisitos de adequação financeira e orçamentária, que incluem a observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004), sob a rubrica “das alterações na legislação tributária“, dispõe em seu art. 94 e parágrafo único que:

*“Art. 90. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.*

*Parágrafo único. Aplica-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente”.*

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005), dispõe de forma idêntica em seu art. 99.

O art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000, mencionado nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, estabelece que:

*“Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua*

*vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;*

*II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

*§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.*

*§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.*

*§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:*

*I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;*

*II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança”.*

A instituição de incentivos fiscais, como forma de direcionar as atitudes e os comportamentos sociais, apesar de serem úteis ferramentas de política tributária, inevitavelmente acarretam diminuição da arrecadação tributária. A Comissão de Finanças e Tributação vem dando rígida aplicação aos dispositivos transcritos, rejeitando, sob a alegação de inadequação financeira e orçamentária, projetos de lei que revelam grande sensibilidade a problemas sociais.

Por esse motivo, e prevalecendo a orientação que vem sendo seguida por aquela Comissão, as proposições aqui examinadas deverão ser rejeitadas.